

TEMAS ECONÔMICOS



Incentivos fiscais e os desequilíbrios

Desde quando criada pelo Governo Federal, a política de incentivos fiscais tem o propósito de implantar projetos produtivos nas regiões brasileiras de mais baixo desenvolvimento, em especial, o Norte e Nordeste, com o objetivo de reduzir as desigualdades econômicas e sociais aí registradas.

Paradoxalmente, no entanto, os programas e projetos, no âmbito dessa política, têm contribuído para a manutenção e persistência dos níveis de desigualdades. É inquestionável o crescimento regional ao longo desse tempo, mas isto não tem sido suficiente para romper os gargalos estruturais, mas, quando muito, evita o alargamento das distâncias entre os subespaços regionais e intrarregionais, dentro dos estados. Nesse sentido, é possível falar que o Nordeste hoje pode ser dividido em três Nordestes, com distâncias econômicas e sociais bastante significativas entre eles.

São os seguintes os incentivos disponibilizados pela SUDENE para os empreendimentos que queiram se instalar, ampliar, modernizar ou diversificar produção:

a) Redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, com prazo de fruição de benefícios de 10 anos e a base de cálculo é o lucro da exploração da atividade;

b) Isenção do imposto sobre a renda e do adicional, destinados a pessoa jurídica fabricante de máquinas e equipamentos, instrumentos e dispositivos baseados em tecnologia digital;

c) Depreciação acelerada incentivada e desconto do PIS/PASEP e da COFINS, beneficiando titulares de empreendimentos que já usufruem da redução de 75%;

d) Depósitos para reinvestimento de 30% do imposto devido, beneficiando Pessoas Jurídicas titulares de empreendimentos em operação na área de atuação da SUDENE, que estejam ou não usufruindo das reduções do imposto de renda. As empresas podem reinvestir, na modernização ou complementar do equipamentos incluídos os custos de montagem ou instalação, até 30% do imposto devido, acrescido de parcela de 50% de recursos próprios;

Segundo relatório da SUDENE, no período de janeiro a dezembro de 2017, foram aprovados 313 pleitos, sendo 257 pedidos de redução de 75% do IRPJ, 52, para reinvestimento de 30% do IRPJ e 4 pleitos de depreciação acelerada incentivada

Estes pleitos envolveram investimentos no total de R\$ 64,6 bilhões e responde-

ram pela geração de 139.423 empregos diretos e indiretos na região. A distribuição espacial desses pleitos se mostrou bastante concentrada: 71,8% foram destinados aos estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte. O Maranhão beneficiou-se com 4,8% do total de pleitos, sendo que 80% deles foram redução de 75% do IRPJ e o restante para reinvestimento. Em termos de valor, R\$ 6,8 bilhões foram alocados para o estado do Maranhão, o que corresponde a 10,5% do total regional, graças ao fato de o valor médio dos projetos maranhenses (R\$ 453,6 milhões) ser mais que duas vezes o valor médio do Nordeste (R\$ 206,4 milhões).

No que se refere ao valor dos pleitos, o grau de concentração regional é muito mais acentuado do que aquele verificado com o número de projetos: somente três estados (Pernambuco, Ceará e Bahia, nessa ordem) absorveram 85,7% do valor total dos benefícios concedidos.

O maior investimento (R\$ 30,9 bilhões) contemplou o estado de Pernambuco, principalmente com financiamento da implantação da Refinaria Abreu e Lima, além da implantação de dois parques eólicos (Ventos de São Clemente I a VIII e Ventos de Santo Estêvão I, II, III e V).

O segundo maior valor (R\$ 14,1 bilhões) foi investido no estado do Ceará, particularmente na implantação da Companhia Siderúrgica do Pecém, no Complexo Industrial e Portuário de Pecém. Destaque-se, também, a implantação dos parques eólicos Nova Vento Formoso, Nova Ventos de Tianguá, Nova Ven-

tos de Tianguá Norte, Nova Ventos do Parazinho e Nova Ventos do Morro do Chapéu, todos em operação nos municípios de Ubajara e Tianguá.

O terceiro maior volume de investimentos foi registrado no Estado da Bahia (R\$ 10,3 bilhões), capitaneado pela Petrobrás para modernização da refinaria Landulpho Alves, localizada em São Francisco do Conde.

O Estado do Maranhão, com investimentos comprovados de R\$ 6,8 bilhões, puxados pela implantação da Companhia Energética Estreito (Estreito – MA), com recursos na ordem de R\$ 4,8 bilhões, e pela implantação da Parnaíba II Geração de Energia S.A. em Santo Antônio dos Lopes.

Os demais estados do Nordeste, além do norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, absorveram os demais R\$ 2,4 bilhões.

Setorialmente, foram considerados prioritários para o recebimento dos incentivos os setores de Derivados de Petróleo (R\$ 34,3 bilhões, em dois projetos, realizados pela Petrobrás, na Bahia e em Pernambuco), Infraestrutura (R\$ 12,9 bilhões, em 71 pleitos), Siderurgia (R\$ 12,6 bilhões, em 2 pleitos).

A rigor, em número, destacaram-se como prioritários 213 pleitos, referentes aos segmentos de Infraestrutura, Químicos, Alimentos e Bebidas, Minerais não Metálicos e Turismo/Hotelaria, que, juntos, representaram 68,5% dos 313 pleitos. Mas somente 24,3% do valor global.

► INVESTIMENTOS APROVADOS PARA O MARANHÃO

Conforme destacado anteriormente, o Maranhão foi contemplado, de janeiro a dezembro de 2017, com 15 pleitos de incentivos pela SUDENE. Deles, 12 fo-

ram para Redução de 75% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e 3 para Reinvestimento, conforme tabela abaixo:

EMPRESA	MUNICÍPIO	MODALIDADE DE PROJETO	SETOR ECONÔMICO	Nº EMPREGOS DIRETOS	Nº EMPREGOS INDIRETOS
REDUÇÃO DE 75% DO IRPJ					
Granel Química Ltda	São Luís	Implantação	Infraestrutura	51	14
Granel Química Ltda	São Luís	Implantação	Infraestrutura	115	18
AMBEV S/A	São Luís	Transferência	Bebidas	566	614
Centrais Elétrica do Norte do Brasil S/A Eletronorte	São Luís	Modernização Total	Infraestrutura	137	17
Companhia Energética Estreito	Estreito	Implantação	Infraestrutura	57	-
Produtos Alimentícios Ribamar Cunha Ltda	Imperatriz	Modernização Total	Alimentos	15	-
Parnaíba Geração de Energia S/A	Santo Antônio dos Lopes	Implantação	Infraestrutura	14	-
Agro Pecuária e Industrial Serra Grande Ltda	São Raimundo das Mangabeiras	Modernização Total	Químicos	1040	-
RISA S/A	São Luís	Implantação	Químicos	40	55
OGX Maranhão Petróleo e Gás S/A (atual Parnaíba Gás Natural S/A)	Santo Antônio dos Lopes	Modernização Total	Químicos	4	96
Companhia Operadora Portuária do Itaqui - COPI	São Luís	Implantação	Infraestrutura	50	22
Integração Maranhense Transformadora de Energia S/A	Miranda do Norte	Implantação	Infraestrutura	-	1
REINVESTIMENTO (portarias aprovadas em 2017)					
Ferrovia Norte Sul S/A	São Luís	Complementação Equipamento	Infraestrutura	564	1114
AMBEV S/A	São Luís	Complementação Equipamento	Bebidas	-	-
FERTIPAR-Fertilizantes do Maranhão Ltda	São Luís	Complementação Equipamento	Químicos	80	30

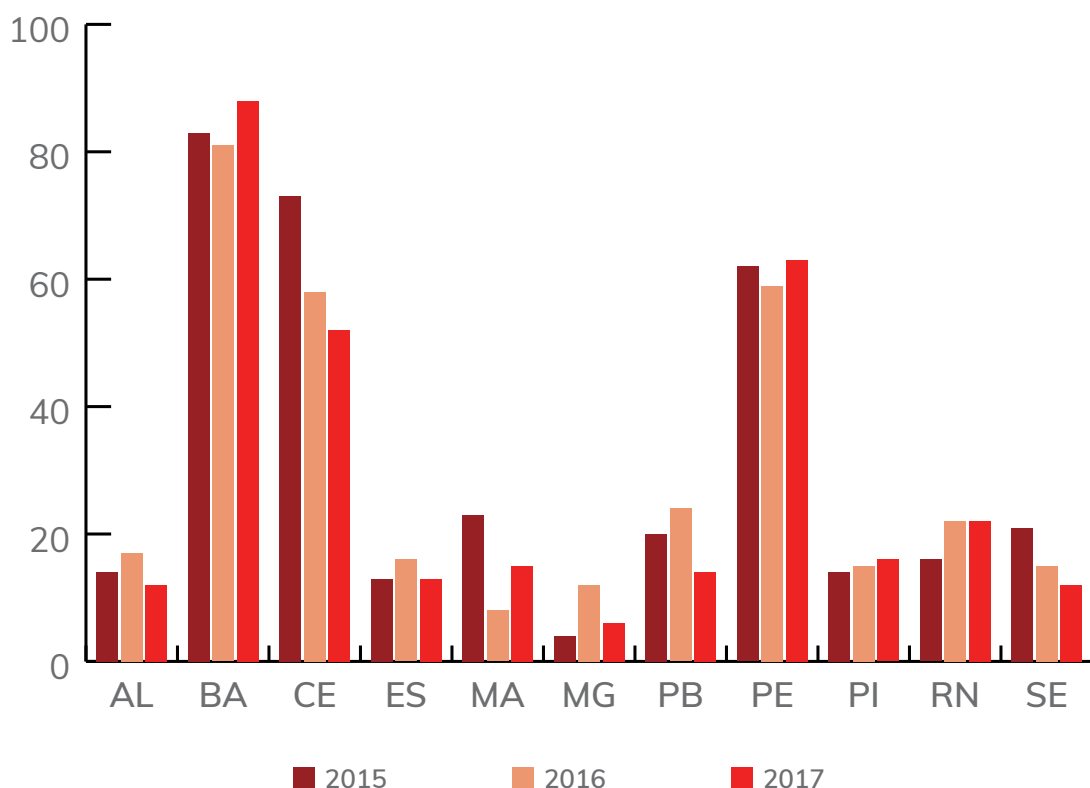
Ministério da Integração Nacional
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Laudos Constitutivos Aprovados no Ano de 2017
Fonte: SUDENE

Alimentos, Bebidas, Químicos e Infraestrutura foram os setores econômicos beneficiados com os investimentos incentivados no ano passado e o conjunto de 15 projetos respondem por 2.733 empregos diretos e 1.981 indiretos. Especialmente, os pleitos foram alocados em sete municípios: São Luís, Imperatriz, Estreito, Santo Antônio dos Lopes, São Raimundo das Mangabeiras, Miranda do Norte, o que é um sinal favorável para a desconcentração em relação à região da Grande São Luís.

Pelo que se demonstra no Gráfico 1 o

número de pleitos aprovado pela SUDENE, para o Maranhão, em 2017, é quase o dobro do referente a 2016 (8 pleitos), mas ficou muito abaixo do registrado em 2015 (23 pleitos). Em termos de valor, no entanto, o crescimento foi expressivo, tanto em valores globais (quase seis vezes maior do que em 2015), quanto em valor médio por projeto (aumento de R\$ 54 milhões, em 2015, para R\$ 453 milhões no ano passado). Mas, muito distante ainda de Pernambuco (R\$ 31,0 bilhões, em 2017), Bahia (R\$ 10,3 bilhões) e Ceará (R\$14,1 bilhões).

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PLEITOS DE INCENTIVOS FISCAIS APROVADOS PELA SUDENE, POR ESTADO - 2015/2017



Comparativamente às desigualdades econômicas entre os estados da região Nordeste os benefícios, na forma como aprovados, ajudam a consolidar as posições relativas da Bahia, Pernambuco e Ceará, mantendo-os distantes dos demais. Para mudar esse panorama é necessário que o Maranhão, por seu governo e produtores, tenham (e aprovelem) projetos estruturantes e de grande impacto econômico, notadamente em cadeias produtivas de forte agregação de valor, explorando suas vantagens competitivas regionais e nacionais; desenvolvendo uma rede de fornecedores até a 3ª geração; expandindo a capaci-

dade de internalização da renda, com ampliação do mercado interno.

O desenvolvimento do potencial das riquezas energéticas do Maranhão pressupõe que os grandes empreendimentos não sejam apenas exportadores de energia, mas, acima de tudo, sejam fatores de atração de investimentos em cadeias e arranjos produtivos fortes. Afinal, recursos para investimentos incentivados existem, desde que se apresentem os projetos viáveis e geradores de reais efeitos multiplicadores. Assim, o Banco do Nordeste não precisa devolver recursos orçamentários não aplicados no Maranhão.